COLEÇÃO SOCIOLOGIA
Coordenador: Basílio Sallum Jr. – Universidade de São Paulo

Comissão editorial:
Gabriel Cohn – Universidade de São Paulo
Irlys Barreira – Universidade Federal do Ceará
José Ricardo Ramalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Marcelo Ridenti – Universidade Estadual de Campinas
Otávio Dulci – Universidade Federal de Minas Gerais

- *A educação moral*
  Émile Durkheim
- *A Pesquisa Qualitativa – Enfoques epistemológicos e metodológicos*
  VV.AA.
- *Sociologia ambiental*
  John Hannigan
- *O poder em movimento – Movimentos sociais e confronto político*
  Sidney Tarrow
- *Quatro tradições sociológicas*
  Randall Collins
- *Introdução à teoria dos sistemas*
  Niklas Luhmann

Dados Internacionais de Catalogação na Pu licação CIP
Câmara rasileira do Livro, SP, rasil

Tarrow, Sidney
O poder em movimento : movimentos sociais e confronto político / Sidney Tarrow ; tradução de Ana Maria Sallum. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.
(Coleção Sociologia)

Título original: Power in movement : social movements and contentious politics.
Bibliografia.
ISBN 978-85-326-3828-1

1. Comportamento de massa – História 2. Movimentos sociais – História 3. Mudança social – História I. Título. II. Título: Movimentos sociais e confronto político. III. Série.

09-02940 CDD-303.48409

Índices para catálogo sistemático:
1. Movimentos sociais : História 303.48409

Sidney Tarrow

O poder em movimento

Movimentos sociais e confronto político

Tradução de Ana Maria Sallum

EDITORA VOZES
Petrópolis

© Sidney Tarrow, 1998
Cambridge University Press

Título original inglês: *Power in Movement*

Direitos de publicação em língua portuguesa:
2009, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: http://www.vozes.com.br
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Diretor editorial
Frei Antônio Moser

Editores
Ana Paula Santos Matos
José Maria da Silva
Lídio Peretti
Marilac Loraine Oleniki

Secretário executivo
João Batista Kreuch

Editoração: Fernando Sergio Olivetti da Rocha
Projeto gráfico: AG.SR Desenv. Gráfico
Capa: Juliana Teresa Hannickel

ISBN 978-85-326-3828-1 (edição brasileira)
ISBN 978-0-521-62947-8 (edição americana)

Editado conforme o novo acordo ortográfico.

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

Para Chuck, um professor.

cial com Doug Imig e David Meyer que – dentre os participantes dos seminários do NEH – tornaram-se valiosos colaboradores e amigos.

Devo especialmente a colegas que, embora ocupados, acharam tempo para ler trabalhos de outras pessoas. Sou grato a Donatella della Porta, Mario Diani, Bill Gamson, Mary e Peter Katzenstein, Bert Klandermans, Hanspeter Kriesi, Doug McAdam, David Meyer, Frances Fox Piven, Dieter Rucht, Susan Tarrow e Richard Valelly pelos comentários detalhados e atentos das primeiras versões de todos ou da maioria dos capítulos da primeira edição deste livro. Capítulos isolados ou primeiras versões de capítulos foram lidos e comentados por Glenn Altschuler, Ron Aminzade, Ben Anderson, David Blatt, Stuart Blumin, Valerie Bunce, Ken Bush, Richard Cloward, Maria Cook, Seymor Drescher, Matthew Evangelista, Miriam Golden, Jeremy Hein, Lynn Hunt, Doug Imig, Margareth Keck, David Kertzer, David Laitin, John Markoff, Diarmuid Maguire, Pauline Maier, Gerry Marwell, John Meyer, George Mosse, Victor Nee, Pam Oliver, Chris Rootes, Bill Sewell, Marc Steinberg, Anne-Marie Szymanski, Sarah Tarrow, Marc Traugott, George Tsebelis e Xueguang Zhou. Ben Anderson continua a ser um crítico sensível e estimulante e seu trabalho foi a origem do conceito de "modularidade". A esses amigos e colegas ofereço meus agradecimentos e minhas desculpas se não fui capaz de assimilar toda a sabedoria que me ofereceram.

Alguns professores associados em Cornell contribuíram para o projeto com suas habilidades e aumentaram substancialmente o valor que ele possa ter. Anita Lee, Tomoko Owazawa, Andrea Pierce e especialmente Sung Woo buscaram referências inadequadas, checaram a ortografia e montaram a bibliografia de vários capítulos. Sarah Soule foi capaz de passar do papel de estudante ao de colaboradora, crítica e editora com graça e sensibilidade. Eva Lotta Hedman me convenceu de que o trabalho não era relevante apenas para um pedaço da Europa e América do Norte. Reconheço com gratidão a paciência de Lynette Harvey, Carolyn Lynn e Karel Sedlacek.

Devo agradecimentos especiais a três pessoas pelo papel que tiveram na concepção e realização deste livro. Em mais de três décadas de trabalho acadêmico Charles Tilly formulou uma abordagem para o confronto e os movimentos sociais que mostra que a pesquisa social pode ser ao mesmo tempo guiada pela teoria e estar fundamentada na história. Peter Lange foi além de seu papel como editor geral de Cambridge Comparative Politics Series ao encorajar, induzir, estimular e aconselhar o autor numa combinação única de rigor teórico e discernimento político. Mary Katzenstein foi uma fonte de conselhos atentos e encorajadores sem introduzir sua própria argumentação na formação do livro.

Por muito mais anos do que ela gostaria de lembrar, Susan Tarrow acordou com o barulho das teclas do computador na sala ao lado, barulho que a acompanhou de Ithaca a lugares distantes como Elba, Florença, Oxford, duas vezes Paris, Quercy (muito úmido) e Sydney. O computador é indiferente ao seu sofrimento, mas eu serei eternamente grato por sua paciência e por seu amor.

Introdução

International Herald Tribune, 17/03/1997. A manchete de hoje do *Trib* é sobre a recusa da União Europeia em mandar tropas para a Albânia para lidar com as consequências do colapso de um esquema financeiro que levou à falência centenas de milhares de cidadãos. Os tumultos resultantes do escândalo levaram multidões às ruas, protestando e roubando, produzindo o esvaziamento das reservas de armas e tanques enquanto as forças armadas albanesas entravam em colapso, e com elas a legitimidade do governo. O repórter do *Trib* observa o paralelo preocupante com o colapso da Iugoslávia no início da década de 1990. Ele também pode ter se lembrado de que o problema da Albânia foi desencadeado por um movimento pacífico na Sérvia, um pouco antes naquele mesmo ano, quando centenas de milhares de pessoas saíram em protesto e forçaram o governo a restaurar as vitórias da oposição nas eleições locais (cf. cap. 6).

O mesmo exemplar do *Trib* traz outras sete histórias relacionadas a movimentos sociais, protestos e rebeliões em todo o mundo. Também na página 1 há uma reportagem sobre a rebelião armada no Zaire Oriental e outra sobre a marcha pacífica dos trabalhadores belgas, franceses e espanhóis contra o recente fechamento de uma fábrica de automóveis na Bélgica (cf. cap. 11). A página 4 cobre uma passeata pacífica de protesto de vinte mil pessoas pobres na Tailândia contra um projeto de desenvolvimento do governo e um choque violento entre grupos étnicos rivais na Indonésia. A página 8 apresenta relatos curtos sobre um tiroteio entre tropas argelinas e militantes islâmicos, presos numa guerra civil selvagem com o regime nos cinco anos anteriores e sobre as eleições salvadorenhas, que prometiam trazer para o governo a Frente Nacional Farabundo Marti, inicialmente um movimento de guerrilha.

Mesmo as páginas de negócios não podem evitar notícias sobre confrontos: uma história na página 15 descreve um protesto, ocorrido na semana anterior, de mineradores de carvão alemães ameaçados por demissões. A cobertura de um jornal num dia comum: dez histórias vindas de lugares tão diferentes entre si como Bélgica e Bornéu, indicando o poder constante do confronto político e dos movimentos sociais.

Confronto político e movimentos sociais

Como sugerem os exemplos acima, as pessoas comuns irrompem frequentemente nas ruas e tentam exercer o poder por meios contenciosos contra estados nacionais ou opositores. Nos últimos quarenta anos o movimento americano pelos

direitos civis, os movimentos pacifistas, ambientalistas e feministas e as revoltas contra o autoritarismo, tanto na Europa quanto no Terceiro Mundo, levaram massas de pessoas às ruas exigindo mudanças. Frequentemente tiveram sucesso, mas mesmo quando falharam suas ações puseram em movimento importantes mudanças políticas, culturais e internacionais.

O confronto político ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores. Tais confrontos remontam ao início da história. Mas prepará-los, coordená-los e mantê-los contra opositores poderosos é a contribuição singular dos movimentos sociais – uma invenção da Idade Moderna que acompanhou o surgimento do Estado moderno. Neste livro, afirmo que o confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios. Eles agem através de repertórios de confronto conhecidos, expandindo-os ao criar inovações marginais. O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é o movimento social.

Esses assuntos ganham importância especial devido a enorme expansão e diversidade crescente dos movimentos sociais da atualidade. Inicialmente vimos os movimentos pelos direitos civis e os estudantis; depois os ecológicos, feministas e pela paz, primeiro nos Estados Unidos e depois na Europa Ocidental; as lutas pelos direitos humanos nos sistemas autoritários e semiautoritários; o extremismo religioso islâmico e judaico no Oriente Médio e a militância hindu na Índia; e, mais recentemente, a violência contra os imigrantes na Europa Ocidental, o fundamentalismo cristão nos Estados Unidos e o nacionalismo étnico nos Bálcãs e na ex-União Soviética. Nas últimas quatro décadas do século XX, uma onda de novas formas de confronto se espalhou pelo mundo, de uma região a outra.

Nem todos esses eventos merecem o nome de "movimentos sociais", que reservo para designar as sequências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos. Mas todos são parte de um universo mais amplo do confronto político que pode surgir, de um lado, de dentro das instituições e, de outro, pode se expandir e se transformar em revolução. Situar os movimentos sociais e sua dinâmica particular, histórica e analiticamente, no universo do confronto é o objetivo central deste estudo.

A abordagem do estudo

Neste livro não tento fazer a história do confronto político ou do movimento social. Nem imponho ao leitor uma perspectiva teórica ou ataco outras – uma prática que trouxe mais calor do que luz à discussão. Ofereço, em vez disso, um amplo quadro teórico para entender o lugar dos movimentos sociais, dos ciclos de confronto e

das revoluções na categoria mais geral do confronto político. Muito frequentemente os estudiosos se concentraram em teorias específicas ou em alguns aspectos do movimento em detrimento de outros. Um exemplo disto é como a revolução, como objeto de estudo, foi tratada até bem recentemente. Ela é estudada principalmente em relação a outras revoluções e quase nunca comparada com os ciclos de confronto que, de alguma forma, se assemelham a ela ou com os movimentos sociais (mas veja GOLDSTONE, 1997). Precisamos de um quadro mais amplo para poder relacionar os movimentos sociais ao confronto político e à política em geral[1].

O ato irredutível que está na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções é a *ação coletiva de confronto*. A ação coletiva pode assumir muitas formas – breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática. A maioria delas ocorre no interior de instituições, através de grupos constituídos que agem em nome de objetivos que dificilmente causariam estranheza. A ação coletiva torna-se de confronto quando é empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia os outros ou as autoridades.

A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos. Isto não significa que os movimentos não fazem outra coisa senão confrontar: eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas. Alguns movimentos são profundamente apolíticos e focalizam suas próprias dinâmicas internas ou as de seus membros. Mas mesmo tais movimentos, como nos lembra o sociólogo Craig Calhoum, relacionam-se com as autoridades de modo conflitivo, por serem elas responsáveis pela lei e pela ordem e por estabelecerem as normas para a sociedade (1994b: 21). Os organizadores usam o confronto para explorar oportunidades políticas, criar identidades coletivas, reunir pessoas em organizações e mobilizá-las contra oponentes mais poderosos. Muito da história da interação movimento-Estado pode ser visto como um dueto de estratégia e contraestratégia entre os ativistas e os detentores do poder.

Assim, devemos começar pela teoria da ação coletiva, mas não sem uma advertência: a ação coletiva não é uma categoria abstrata que pode ficar fora da história e separada da política (HARDIN, 1982; 1995)[2]. As formas contenciosas de ação coletiva são diferentes das relações de mercado, dos grupos de pressão ou da política

1. Sobre este argumento, com síntese ilustrativa, ver McAdam, Tarrow e Tilly, 1996; 1997.

2. Em outras palavras, não posso concordar com Russell Hardin quando ele escreve, em seu livro *Collective Action*, que "não há razão para recortar a teoria [da ação coletiva] de acordo com os limites dos problemas substantivos". Generalizar a explicação da participação só levaria a um maior poder teórico se, como Hardin afirma, os recursos e os problemas de coordenação dos atores fossem comparáveis em todos esses campos substantivos (p. xiii-xiv).

representativa porque põem pessoas comuns em confronto com opositores, elites ou autoridades. Elas têm poder porque desafiam os detentores de poder, produzem solidariedade e fazem sentido para grupos específicos da população, situações e culturas nacionais.

Isto significa que teremos que incluir as formulações gerais da teoria da ação coletiva num registro concreto da história e também as percepções da sociologia, da ciência política e até mesmo da antropologia. Veremos, em particular, que reunir pessoas numa interação sustentada com opositores exige uma solução social – agregar pessoas com demandas e identidades diferentes e em locais diversos em campanhas conjuntas de ação coletiva. Esta solução envolve, em primeiro lugar, preparar os desafios coletivos; em segundo, instigar redes sociais, objetivos comuns e quadros culturais; e, em terceiro, construir a solidariedade através das estruturas de ligação e das identidades coletivas para manter a ação coletiva. Esses são os principais processos dos movimentos sociais.

As propriedades básicas dos movimentos

Com a emergência do movimento social nacional no século XVIII, os primeiros teóricos se concentraram em três facetas dos movimentos que eles mais temiam: extremismo, privação e violência. Tanto a Revolução Francesa como o industrialismo do início do século XIX deram força a esta reação. Liderados pelo sociólogo Émile Durkheim (1951), os sociólogos do século XIX viam os movimentos sociais como um resultado da anomia e da desorganização social – uma imagem que fica bem clara na frase "a multidão enlouquecida" (cf. a resenha em McPhail 1991).

Enquanto que o fim do século XIX e o início do século XX assistiram a um "processo civilizatório" de muitas destas tendências, os movimentos do período entre-guerras – fascismo, nazismo, stalinismo – se encaixaram na imagem de violência e extremismo fomentada pelas revoluções francesa e industrial. Esta visão negativa dos movimentos sociais foi reforçada pela exacerbação das tensões étnicas e nacionalistas a partir da queda do comunismo (1089-1092). Nos anos 1990, vemos isso na concepção de "ódios ancestrais" dos conflitos nos Bálcãs, muitos deles igualados pela teoria do movimento social[3]. Observamos a mesma coisa no surgimento dos movimentos de milícia nos Estados Unidos nos anos 1990 e na violência contra os imigrantes na Europa, ambos despertando os horrores dos anos entre as duas guerras.

3. A indiferença dos estudiosos do nacionalismo étnico em relação à teoria dos movimentos sociais é retribuída cordialmente pela maior parte dos estudiosos que se dedicam a ela. O exame dos índices de vários textos sobre movimentos mostra muito interesse nos movimentos relativamente "civilizados" das democracias liberais e pouca atenção aos "maus" movimentos que surgiram na década passada.

Essas características, no entanto, são casos polares de características mais fundamentais dos movimentos sociais. O extremismo é uma forma exagerada dos quadros de significado encontrados em todos os movimentos sociais; a privação é uma fonte particular de propósitos comuns que todos os movimentos expressam; e a violência é uma exacerbação de desafios coletivos. Em vez de ver os movimentos sociais como expressões de extremismo, privação e violência, eles são mais bem definidos como *desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade*[4]. Esta definição tem quatro propriedades empíricas: protesto coletivo, objetivo comum, solidariedade social e interação sustentada. Vamos examinar sumariamente cada uma delas.

Desafio coletivo

Há muitas formas de ação coletiva – do voto à filiação a grupos de interesse até torneios de bingo e jogos de futebol. Mas estas não são as formas de ação mais características dos movimentos sociais. Caracteristicamente, eles preparam desafios contenciosos através da ação disruptiva direta contra elites, autoridades, outros grupos ou códigos culturais. Esta ruptura, quase sempre pública por natureza, pode assumir também a forma de resistência pessoal coordenada ou de afirmação coletiva de novos valores (MELUCCI, 1996).

Os desafios coletivos se distinguem com frequência por interromper ou tornar incertas as atividades de outros. Mas, particularmente em sistemas repressivos, podem ser também simbolizados por frases de propaganda, formas de vestir ou de música ou então pelo uso de símbolos novos ou diferentes ao se referir a objetos familiares. Mesmo nos estados democráticos liberais, as pessoas se identificam com movimentos através de palavras, formas de se vestir ou se apresentar e de comportamento privado que traduzam o seu propósito coletivo[5].

O confronto não se limita aos movimentos sociais, embora seja a sua forma característica de interagir com outros atores. Algumas vezes, os grupos de interesse se engajam em desafios diretos, como fazem os partidos políticos, associações voluntárias e cidadãos comuns que só têm em comum a coincidência temporária de reivindicações contra outros. Os desafios contenciosos também não são a única forma de ação nos movimentos. Estes – especialmente os organizados – se engajam numa variedade de outras ações, que vão desde oferecer "incentivos seletivos" a

4. Charles Tilly escreve: as autoridades e os historiadores descuidados descrevem o confronto popular como algo desordenado... Mas quanto mais cuidadosamente olhamos o mesmo confronto, mais ordem encontramos... Descobrimos a ordem criada pelo enraizamento da ação coletiva nas rotinas e na organização do dia-a-dia da vida social e por seu envolvimento num processo contínuo de sinalização, negociação e luta com outros partidos cujos interesses são afetados pela ação coletiva.

5. Tais movimentos foram caracterizados como "discursivos" pela cientista política Mary Katzenstein, que estuda o movimento das mulheres católicas radicais na América em seu *Protest inside Institutions*. Volto às relações entre discurso e ação coletiva no cap. 7.

seus membros, construir um consenso entre os apoiadores do momento ou futuros, fazer pressão e negociar com autoridades e até desafiar códigos culturais através de novas práticas religiosas ou pessoais. Há poucas décadas, da mesma forma que os grupos de interesse e outros se engajavam de forma crescente no confronto político, os líderes de movimentos se tornaram hábeis em combinar o protesto com a participação em instituições.

Mas, apesar de sua crescente capacidade de fazer pressão, desafiar de forma legal e agir na área de relações públicas, as ações mais características dos movimentos sociais continuam a ser os desafios contenciosos. Isso não se deve a que os líderes sejam psicologicamente inclinados à violência, mas sim à falta de recursos estáveis – dinheiro, organização, acesso ao Estado – controlados pelos grupos de interesse e pelos partidos. Os movimentos usam o desafio coletivo para tornarem-se pontos de atração para apoiadores, ganharem a atenção de opositores e terceiros e criar eleitores para serem por eles representados.

Propósito comum

Tentou-se explicar de várias maneiras os motivos que levam as pessoas a se filiar a movimentos, indo desde o desejo juvenil de zombar da autoridade até os instintos ferozes da multidão. Alguns movimentos se caracterizam por um espírito de jogo e carnaval, enquanto que outros revelam o furor inflexível da multidão. Entretanto, um motivo mais básico – senão mais prosaico – para as pessoas se unirem para participar de movimentos é a organização de reivindicações comuns aos opositores, autoridades ou elites. Nem todos os conflitos deste tipo surgem de interesses de classe, mas de interesses e valores comuns ou justapostos que são a base de suas ações comuns.

Tanto a teoria da "diversão e jogos" como a da multidão enfurecida ignora os riscos e custos consideráveis envolvidos em agir coletivamente contra autoridades bem armadas. Os escravos rebeldes que desafiaram o Império Romano se arriscaram a morrer quando derrotados, os dissidentes que lançaram a Reforma contra a Igreja Católica assumiram riscos semelhantes. Os estudantes negros da faculdade, que comiam em locais segregados no sul dos Estados Unidos, também não esperavam diversão por parte dos militantes que os esperavam com bastões de beisebol e brutalidade. As pessoas não arriscam sua pele ou sacrificam o seu tempo nas atividades dos movimentos sociais a não ser que tenham uma boa razão para fazê-lo.

Solidariedade e identidade coletiva

O denominador mais comum dos movimentos sociais é, portanto, o "interesse", mas este não é nada mais do que uma categoria objetiva imposta pelo observador. O que traduz o potencial de ação de um movimento é o reconhecimento dos seus participantes de seus interesses comuns. Ao mobilizar um consenso, os organizadores do movimento desempenham um papel importante na sua estimulação.

Mas os líderes só podem criar um movimento social quando liberam os mais profundos sentimentos de solidariedade ou identidade. Isto é quase certamente a razão do nacionalismo e a afiliação étnica ou religiosa terem sido bases mais sólidas de organização de movimentos do que o imperativo baseado numa categoria, a classe social (ANDERSON, 1990; SMITH 1996)[6].

Um incidente isolado de protesto – por exemplo, um tumulto ou uma multidão – é um movimento social? Usualmente não, porque tipicamente os participantes dessas formas de protesto têm apenas uma solidariedade temporária e não podem manter seus desafios contra os opositores. Mas, algumas vezes, os tumultos têm características que sugerem um propósito comum ou solidariedade. Os tumultos nos guetos por toda a América nos anos 1960, ou em Los Angeles em 1992, não foram movimentos em si, mas o fato de terem sido deflagrados pela violência policial indica que surgiram de um sentimento difuso de injustiça. Multidões, tumultos e reuniões espontâneas são mais uma indicação de que há um movimento em processo de formação do que movimentos de fato.

Sustentando o confronto político

Muito antes de haver movimentos organizados havia muitas formas de confronto político no cenário histórico – desde tumultos por comida e rebeliões contra impostos até guerras religiosas e revoluções. É apenas quando a ação coletiva contra antagonistas é sustentada que um episódio de confronto se torna um movimento social. Objetivos comuns, identidades coletivas e desafios identificáveis ajudam os movimentos a fazer isso, mas, a não ser que possam sustentar seu desafio, irão desaparecer numa espécie de ressentimento individualista que James Scott chama de "resistência" (1985), endurecer-se em seitas religiosas ou intelectuais ou recolher-se ao isolamento. A sustentação da ação coletiva em interação com opositores poderosos distingue o movimento social das formas iniciais de protesto que vieram antes dele na história e ainda hoje o acompanham.

Oportunidades políticas como sugestões estruturadoras

Os movimentos, no entanto, raramente são controlados por um único líder ou organização. Assim, como podem sustentar desafios coletivos diante do medo ou da vaidade pessoal, da desorganização social e da repressão do Estado? Este é o dilema que tem mobilizado os teóricos da ação coletiva e os estudiosos dos movimentos sociais nas últimas décadas. Meu argumento mais forte será o de que as

---

6. Alguns estudiosos de movimentos sociais levam ao extremo o critério de consciência comum. Rudolph Heberle, por exemplo, julgou que um movimento tinha que ter uma ideologia bem elaborada. Ver o seu *Social Movements: An Introduction to Sociology*. Outros, como Alberto Melucci, pensam que os movimentos "constroem" propositadamente identidades coletivas através da negociação constante. Ver o texto de Melucci: *Getting Involved: Identity and Mobilization in Social Movements*.

mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas criam os incentivos mais importantes para iniciar novas fases de confronto. Estas ações, por sua vez, criam novas oportunidades tanto para os insurgentes originais quanto para os retardatários e, eventualmente, para os opositores e detentores de poder. Os ciclos de confronto – e, em raros casos, as revoluções – que se seguem são baseados nas externalidades obtidas e criadas por esses atores. Os resultados de tais ondas de confronto dependem não só da justiça da causa ou do poder de persuasão de qualquer movimento singular, mas de sua extensão e das reações das elites e de outros grupos.

Um esboço do livro

Nos últimos vinte anos, cientistas políticos e sociólogos, influenciados pelo pensamento econômico, começaram suas análises dos movimentos sociais a partir do enigma de que é difícil ocorrer uma ação coletiva. Este enigma é um enigma – e não uma lei sociológica – porque a ação coletiva *de fato* ocorre, a despeito das situações serem muito variadas, de serem muitas as dificuldades e de ela ser realizada frequentemente por pessoas com poucos recursos e usualmente com pouco poder (LICHBACH, 1995).

Examinar os parâmetros da ação coletiva é a primeira tarefa do cap. 1. Mas o capítulo aborda também dois problemas igualmente importantes: primeiro, a dinâmica da mobilização depois de iniciada e, segundo, as razões pelas quais os resultados dos movimentos são tão variados e falhem com tanta frequência em atingir os objetivos estabelecidos. Embora o cap. 1 esboce essas teorias de um modo geral, elas ficarão mais evidentes nos movimentos e episódios analisados no restante do livro.

Na parte I mostro como e onde os movimentos sociais nacionais se desenvolveram no Ocidente no século XVIII, quando os recursos para transformar a ação coletiva em movimentos sociais puderam ser reunidos pela primeira vez em períodos sustentados de tempo e num espaço territorial. O foco do cap. 2 é o que eu chamo, tal como Charles Tilly, de "repertório" moderno de ação coletiva; então, no cap. 3, eu me volto para as mudanças na sociedade que apoiaram aquela transformação e, no cap. 4, examino as relações entre a construção do Estado e a cristalização dos movimentos sociais. Uma vez estabelecida a "ação coletiva modular", ela foi difundida através da expansão do Estado, da imprensa e da associação e da difusão dos repertórios de confronto através do mundo. Este é o argumento do segundo ao quarto capítulos.

Mesmo reivindicações profundas permanecem inertes a não ser que possam ser ativadas. Do cap. 5 ao 8 – núcleo analítico do livro – há um esboço dos principais poderes que observo nos movimentos. No cap. 5 analiso as mudanças nas oportunidades e restrições políticas que deflagram episódios de confronto. No cap. 6 exponho os três principais aspectos do confronto político empregados pelos movimentos políticos – violência, ruptura e formas convencionais de ação. No cap. 7 examino como os "quadros interpretativos" do simbolismo e da ação coletiva mobilizam os apoiadores e os ajudam a elaborar as reivindicações. No cap. 8 trato das formas principais de solidariedade que ajudam a formar as organizações de movimentos. Estes são os quatro poderes principais que observo num movimento.

Na terceira seção do livro abandono esses aspectos analíticos do confronto político e dos movimentos sociais e analiso sua dinâmica e seus resultados.

A partir do século XVIII, uma vez que os recursos para uma ação coletiva sustentada tornaram-se disponíveis para pessoas comuns e para as pessoas que diziam representá-las, o confronto pôde se espalhar para sociedades inteiras, produzindo os períodos de turbulência e reorganização que chamo de "ciclos de confronto". Como mostrei no cap. 9, a importância desta mudança é que, uma vez começado o ciclo, há uma redução dos custos da ação coletiva para outros atores e uma difusão dos quadros interpretativos principais e dos modelos de ativismo. Os movimentos que surgem em tais contextos não precisam depender tanto de recursos internos quanto das oportunidades generalizadas em suas sociedades. Além disso, as elites respondem menos a movimentos isolados do que a um contexto geral de confronto com o qual tenham que lidar.

Tais períodos de desordem generalizada resultam algumas vezes em repressão imediata, algumas outras em reforma, frequentemente ambas. Mas em termos político-institucionais e pessoal-culturais, os efeitos dos ciclos vão muito além dos objetivos visíveis de um movimento. Eles são encontrados tanto nas mudanças que o governo inicia como nos períodos de desmobilização que se seguem. Eles deixam atrás de si uma ampliação permanente na participação, na cultura popular e na ideologia, como afirmo no cap. 10.

Isso nos leva ao confronto político da atualidade e a dois importantes assuntos novos: a "globalização" e o possível surgimento de uma "sociedade de movimentos". Nas últimas décadas uma onda de democratização se espalhou pelo mundo, culminando nas dramáticas mudanças no sul da Europa nos anos 1970, na América Latina nos anos 1980 e na Europa Oriental e Central e na África a partir de 1989. Nos anos 1990 surgiu uma nova onda de movimentos "feios", fundados em demandas étnicas e nacionalistas, em fanatismo religioso e racismo, levando o mundo a um ápice de turbulência e violência como não se via por décadas. A comunicação eletrônica e o baixo custo do transporte internacional reforçaram estas conexões internacionais, criando a possibilidade de que a era dos movimentos sociais nacionais pode estar no fim. Se os movimentos nacionais estiveram ligados ao surgimento do Estado moderno, a questão central colocada por essas novas ondas de movimento é se eles estão criando uma cultura transnacional de movimentos, que ameaça a estrutura e a soberania do Estado nacional. Examino essas questões no cap. 11.

Uma última questão nos levará dos movimentos transnacionais quase sempre violentos do mundo não-ocidental para os movimentos civis mais pacíficos associados às democracias liberais.

Nos lugares em que o protesto e o confronto tornaram-se fáceis de preparar e são amplamente legitimados; onde a polícia e os detentores do poder preferem discutir táticas com os movimentos em vez de reprimi-los; onde a mídia ou os tribunais frequentemente resolvem questões que antes eram debatidas nas ruas, o movimento social será absorvido e institucionalizado? Será transformado em política comum como as greves e as demonstrações no século XIX? Ou o volume acentuado de confrontos mergulhará os processos rotineiros de participação eleitoral e de grupos de interesse num mar turbulento de política desregrada?

Houve uma expansão de conflitos disruptivos por todo o mundo nos anos 1990, como sempre acontece nos fins de guerras e durante o colapso de impérios. Mas, da mesma forma que a campanha eleitoral e a greve foram absorvidas em rotinas institucionais durante o século XIX, muitas destas novas formas de participação surgidas a partir dos anos 1960 estão sendo domesticadas no fim do século XX.

A forma do futuro dependerá não de quão violento ou disseminado tenha se tornando o confronto, mas de como ele for absorvido no – e transformar o – Estado nacional.

1
Confronto político e movimentos sociais

O confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa – embora esporadicamente. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. Em tais casos – e *apenas* em tais casos – estamos diante de um movimento social. Quando o confronto se espalha por toda uma sociedade, como às vezes acontece, vemos um ciclo de confrontos; quando tal ciclo é organizado em torno de soberanias opostas ou múltiplas, o resultado é uma revolução. As soluções para o problema da ação coletiva dependem de entendimentos compartilhados, de densas redes sociais e estruturas conectivas e do uso de formas de ação que encontrem ressonância cultural. Mas, acima de tudo, acredito que os confrontos resultem do fluxo e refluxo da luta política.

Neste capítulo, exponho todos esses fatores tal como serão usados no resto do livro para descrever, analisar e levantar questões sobre o confronto político e os movimentos sociais. Antes de fazê-lo, entretanto, será útil ver como as gerações anteriores de ativistas e estudiosos conceberam o problema da ação coletiva e suas relações com descontentamentos, recursos, quadros culturais e políticos.

Marx, Lenin e Gramsci

Muitos sociólogos acreditam que o campo dos movimentos sociais remonta às reações negativas diante dos horrores da Revolução Francesa e aos ultrajes da multidão[7]. Embora escritores como Tarde (1989) e Le Bon (1977) sejam um ponto de partida conveniente e polêmico para os teóricos que rejeitam suas ideias, o seu trabalho foi de fato uma ramificação da psicologia das multidões. Neste livro, o con-

7. Para um relato sobre os teóricos que consideram a violência civil como a antítese dos processos sociais normais ver o livro de James Rule: *Theories of Civil Violence*, cap. 3.

flito entre desafiantes e autoridades será considerado como uma parte normal da sociedade e não como uma aberração. Esta é a razão de começarmos com o importante teórico que considerou o conflito como algo inscrito na estrutura da sociedade – Karl Marx.

Marx e o conflito de classes

Não teria ocorrido aos primeiros teóricos dos movimentos sociais, Marx e Engels, indagar sobre o que faz os indivíduos se engajarem em ações coletivas. Ou melhor, eles teriam colocado o problema como um resultado do desenvolvimento estrutural da sociedade e não como uma escolha individual. Mas, embora considerassem que a ação coletiva estava enraizada na estrutura social, Marx e Engels subestimaram seriamente os recursos necessários para o engajamento, suas dimensões culturais e a importância da política.

Marx, de modo geral, respondeu à questão de como os indivíduos se envolvem em ações coletivas em termos historicamente determinados: as pessoas se engajarão em ações coletivas, ele pensou, quando sua classe social entrar numa contradição totalmente desenvolvida com seus antagonistas. No caso do proletariado isso se referia ao momento em que o capitalismo o forçou à produção em larga escala nas fábricas, onde perdeu a posse de suas ferramentas, mas desenvolveu os recursos para agir coletivamente. Entre esses recursos estavam a consciência de classe e os sindicatos. Seria o ritmo da produção socializada na fábrica que faria do proletariado uma classe para si e daria origem aos sindicatos que daria a ela uma forma. Embora haja muitas formulações mais elegantes desta tese, Marx a expõe de forma mais sucinta no *Manifesto Comunista:*

> O avanço da indústria, promovido involuntariamente pela burguesia, substitui o isolamento dos trabalhadores, devido a competição, pela sua união revolucionária, devida a associação... O verdadeiro fruto de sua batalha não está no resultado imediato, mas na união sempre em expansão dos trabalhadores (TUCKER, 1978: 481, 483).

Marx lidou sumariamente com o problema que tem preocupado os ativistas desde então: por que os membros de um grupo que *deveriam* se revoltar frequentemente não o fazem. Preocupado com o problema de que o movimento dos trabalhadores poderia não ter sucesso sem a cooperação de uma proporção significativa de seus membros, ele desenvolveu a teoria da "falsa" consciência, que significava que se os trabalhadores falhassem em agir como a "história" ordenava era porque permaneciam envoltos num manto de ignorância tecido por seus inimigos de classe. A teoria não era satisfatória porque ninguém poderia dizer de quem eram a falsa e a verdadeira consciência. Marx pensou que o problema se resolveria por si mesmo quando as contradições do capitalismo e a solidariedade resultante de anos de trabalho árduo ao lado de seus pares abrissem os olhos dos trabalhadores para seus reais interesses.

Sabemos agora que à medida que o capitalismo se desenvolveu produziu divisões entre os trabalhadores e mecanismos para integrá-los na democracia capitalista. Através do nacionalismo e do protecionismo, os trabalhadores frequentemente se aliaram aos capitalistas, sugerindo que era necessário muito mais que conflitos de classe para que produzisse ações coletivas em seu benefício. Era preciso criar uma forma de consciência para transformar a consciência sindical, a que se referia Marx, em ação coletiva revolucionária. Mas quem criaria esta consciência? Marx também não tinha um conceito claro de liderança, nem de cultura da classe trabalhadora, e especificou precariamente as condições políticas que criariam oportunidades para a mobilização revolucionária (1963: 175).

Lenin e a mobilização de recursos

O primeiro desses problemas – o da liderança – foi a principal preocupação de Lenin. Tendo aprendido, através da experiência da Europa Ocidental, que os trabalhadores por si próprios só agem em favor de estreitos "interesses sindicais", ele propôs a criação de uma elite de revolucionários profissionais (1929: 52-63). Assumindo o lugar do proletariado de Marx, esta "vanguarda" agiria como uma guardiã autonomeada dos reais interesses dos trabalhadores. Quando ela chegou ao poder, como na Rússia em 1917, transpôs a equação, substituindo os interesses da classe trabalhadora pelo interesse do partido (e, no fim, na forma de stalinismo, substituindo os interesses do partido pelos do líder). Mas, em 1902, isto estava em um futuro longínquo. Para Lenin parecia que a organização era a solução para o problema da ação coletiva dos trabalhadores.

Olhando para trás, fica mais fácil observar que os acréscimos organizacionais à teoria de Marx foram uma resposta às condições históricas particulares da Rússia czarista. Ao sobrepor uma vanguarda intelectual à jovem e pouco sofisticada classe trabalhadora russa, ele estava adaptando a teoria de Marx ao contexto de um Estado altamente repressivo e à sociedade retrógrada que ele regia – os dois retardaram o desenvolvimento da consciência de classe e inibiram a ação coletiva[8]. A teoria da vanguarda era uma resposta organizacional à situação histórica em que a classe trabalhadora era incapaz de produzir uma revolução por si mesma, mas foi aplicada indiscriminadamente ao movimento comunista mundial, que tinha pouca consideração pelas oportunidades e restrições sociais e políticas. Alguns desses problemas foram tratados por um dos sucessores de Lenin.

---

8. Lenin criticou a teoria, em voga na época em alguns círculos socialistas, de que a liderança revolucionária precisa *necessariamente* estar a cargo de um grupo extremamente pequeno de intelectuais. "Não precisa ser assim 'necessariamente'. É porque nós [na Rússia] somos atrasados". *What Is to Be Done?*, p. 123-124.

Gramsci e a hegemonia cultural

Quando a revolução de 1917 não conseguiu se expandir para o Ocidente, marxistas adeptos do leninismo, como Antonio Gramsci, deram-se conta de que, ao menos nas condições do *Ocidente*, a organização não seria suficiente para gerar uma revolução. Para Gramsci, seria necessário desenvolver a própria consciência dos trabalhadores. Ele concebia, portanto, o movimento dos trabalhadores como um intelectual coletivo que teria como uma de suas principais tarefas criar uma cultura da classe trabalhadora.

Esta mudança era sutil, mas importante. Enquanto ele pensava que a Itália partilhava com a Rússia as mesmas condições sociais, Gramsci aceitava a injunção de Lenin de que o partido revolucionário tinha que ser uma vanguarda. Mas, depois de ser encarcerado nas prisões de Mussolini, ele agregou dois teoremas à solução organizacional de Lenin: primeiro, que uma tarefa fundamental do partido era criar um bloco de forças históricas em torno da classe trabalhadora (GRAMSCI, 1971: 168); e, segundo, que isso só poderia ocorrer se um núcleo de "intelectuais orgânicos" fosse desenvolvido a partir da classe trabalhadora para complementar os intelectuais "tradicionais" do partido (p. 6-23).

As duas inovações acabaram por depender de uma forte crença no poder da cultura[9]. A solução de Gramsci para a hegemonia cultural da burguesia era produzir entre os trabalhadores um consenso em torno do partido, dar-lhes capacidade para tomar iniciativas autônomas e construir pontes entre eles e outras formações sociais. O processo seria longo e lento, exigindo que o partido agisse dentro das "trincheiras e fortificações" da sociedade burguesa, obtivesse adeptos entre grupos não-operários e aprendesse a lidar com instituições culturais como a Igreja.

Mas a solução de Gramsci – como se pode ver no destino que teve o Partido Comunista Italiano depois da II Guerra Mundial – colocou um novo dilema. Se o partido, como intelectual coletivo, se engajasse num longo diálogo entre os trabalhadores e a burguesia, o que impediria que o poder cultural da última – que Gramsci chamou "o senso comum da sociedade capitalista" – transformasse o partido, ao invés do contrário?[10] Sem uma teoria de mobilização política, a solução de Gramsci para o problema da ação coletiva – tal como as de Marx e de Lenin – era indeterminada em relação à influência da política. Gramsci realmente afirmou que a batalha tinha que ser realizada dentro das trincheiras e fortificações da sociedade capitalista (1971: 229-239), mas não elaborou um guia sobre como travar esta batalha nem diferenciou entre países em que as oportunidades e restrições políticas eram fortes ou fracas.

9. Em 1924 Gramsci escreveu: "O erro do partido foi ter dado prioridade ao problema da organização de forma abstrata, o que na prática significou simplesmente criar um conjunto de funcionários nos quais se poderia confiar por sua ortodoxia em relação à visão oficial". Ver Antonio Gramsci: *Selections from Prison Notebooks*, p. xii, de onde se tirou este trecho.

10. Este foi um perigo especial na periferia do partido da classe trabalhadora, entre a classe média e o campesinato. Ver Stephen Hellman: *The PC's Alliance Strategy and the case of the Middle Classes*, e Sidney Tarrow: *Peasant Communism in Southern Italy*.

Cada um desses teóricos marxistas enfatizou um elemento diferente da ação coletiva: Marx se concentrou nas divisões da sociedade capitalista que criaram um potencial de mobilização (que os estudiosos de movimentos sociais chamariam mais tarde "teoria do descontentamento" [*grievance theory*]; Lenin criou as organizações de movimento, necessárias para estruturá-lo e impedir sua dispersão em estreitas reivindicações corporativas (o que mais tarde seria chamado de "mobilização de recursos" pelos estudiosos norte-americanos); e Gramsci centrou sua teoria na necessidade de construir um consenso em torno dos objetivos do partido (o que passou a ser chamado de "enquadramento interpretativo" [*framing*] e formação de "identidade coletiva"). Mas nenhum deles especificou as condições políticas em que se poderia esperar que os trabalhadores, explorados e com poucos recursos, se mobilizassem pelos seus interesses – que chamaremos de problema das oportunidades e restrições políticas.

Cientistas sociais, movimentos sociais e ação coletiva

Embora raramente explicitados, esses três elementos da teoria marxista têm fortes paralelos com as teorias recentes sobre a ação coletiva e movimentos sociais. Sem partilhar da fixação de Marx em classe ou de sua afirmação de que a história produziria um único e avassalador conflito de classes, os teóricos do comportamento coletivo dos anos 1950 e 1960 se detiveram nos descontentamentos responsáveis pela mobilização. Sem partilhar da crença de Lenin numa elite de vanguarda, os teóricos da mobilização de recursos dos anos 1960 e 1970 concentraram-se na liderança e na organização; nos anos 1980 e início da década de 1990, como Gramsci, os teóricos do enquadramento interpretativo e identidade coletiva trataram das fontes de consenso em um movimento sem, entretanto, especificar sempre os agentes responsáveis pela criação de novos blocos históricos. Vamos examinar como essas novas escolas de pensamento surgiram a partir da história recente e da ciência social do Ocidente e em que elas contribuíram para nossa compreensão do confronto político e dos movimentos sociais.

Descontentamentos e teoria do comportamento coletivo

Como os marxistas, os sociólogos não-marxistas levaram muito tempo para desenvolver uma visão politicamente conectada dos movimentos sociais. De fato, por muitos anos, consideraram os movimentos fora das instituições normais da sociedade – como parte de um construto que passou a ser chamado de "comportamento coletivo"[11]. A teoria do comportamento coletivo propunha que os movi-

11. Não tento aqui fazer um resumo desta escola, mas remeto o leitor para a síntese magistral de Doug McAdam em *The Political Process and the Development of Black Insurgency*, cap. 1.

mentos eram pouco mais do que a parte mais bem organizada e autoconsciente de um arquipélago de fenômenos "emergentes", que iam desde modas e rumores até entusiasmos coletivos, tumultos, movimentos e revoluções.

Em algumas versões da teoria (cf., p. ex., KORNHAUSER, 1959), a própria sociedade era vista como desorientada e a mobilização surgia da urgência de recompô-la. Isso poderia estar ligado à teoria da "anomia" de Durkheim, pela qual os indivíduos – descolados de seus papéis e identidades tradicionais – buscavam novas identidades coletivas através da reintegração pessoal em movimentos (DURKHEIM, 1951; HOFFER, 1951). Em outras versões (p. ex., GURR, 1971), não havia uma visão geral do colapso. A privação individual era o centro da análise. As versões mais sofisticadas da teoria ligavam o comportamento coletivo a uma visão funcional da sociedade, onde as disfunções societárias produziam diferentes formas de comportamento coletivo – algumas das quais assumiam a forma de movimentos políticos e de grupos de interesse (SMELSER, 1962; TURNER & KILLIAN, 1972).

Ao contrário de Marx, que tinha uma teoria de classe mecanicista para avaliar quais coletividades se mobilizariam em quais estágios do capitalismo, os teóricos do comportamento coletivo não têm objetos sociais preferidos. Talvez, por relacionarem movimentos a formas de expressão mais espontâneas, eles tendam a não descrever em detalhes o processo de mobilização. E como partiram da suposição de que o comportamento coletivo estava fora das rotinas da vida diária, poucos deles especificaram sua relação com a política (mas cf. SMELSER, 1962, cap. 9 e 10). Esta pode ser a razão de poucas variantes da teoria do comportamento coletivo terem conservado a sua popularidade quando um novo ciclo de movimentos sociais ocorreu nos anos 1960.

Escolha racional e mobilização de recursos

A década de 1960 revitalizou o estudo dos movimentos sociais, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. A tradição do comportamento coletivo tinha sido profundamente influenciada por dois terríveis fenômenos da realidade: o stalinismo e o fascismo. Mas, nos anos 1960, uma nova geração de estudiosos, muitos deles vindos dos movimentos daquela década, deram aos movimentos sociais uma imagem nova e mais positiva. Era difícil, para os ex-ativistas de movimentos e aqueles que os estudaram, reconciliar a velha imagem de "verdadeiros crentes" em busca de raízes numa sociedade atomizada com os jovens e determinados ativistas dos movimentos pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã (KENISTON, 1968).

O estudo da ação coletiva também foi afetado por tendências na academia, onde a economia estava se tornando a principal ciência social. Segundo a microeconomia, o problema da ação coletiva deixou de ser como as classes lutam e o Estado governa, mas como a ação coletiva é até *possível* entre indivíduos guiados por estreitos interesses próprios.

O estudioso mais influente deste dilema foi o economista americano Mancur Olson (1965). Embora Olson reconhecesse a importância dos incentivos não-materiais, sua teoria começava e acabava no indivíduo. Para Olson, o problema da ação coletiva era de agregação: como envolver a maior parte possível de um grupo em seu próprio benefício. Apenas dessa maneira o grupo poderia convencer seus opositores de sua própria força. Em seu livro, *The Logic of Collective Action*, Olson propôs que, em um grupo grande, apenas os seus membros mais importantes têm interesse suficiente em alcançar o seu bem coletivo para assumir a sua liderança – não exatamente como a vanguarda de Lenin, mas não muito diferente dela.

As únicas exceções a essa regra eram os grupos muito pequenos em que os bens individuais e coletivos estão muito associados (OLSON, 1965: 43-46)[12]. Quanto maior o grupo, mais as pessoas irão preferir "pegar carona" nos esforços de indivíduos cujo interesse no bem coletivo é forte o bastante para buscá-lo[13]. Para superar este problema, Olson propôs que os supostos líderes precisam ou impor restrições aos seus membros ou fornecer-lhes "incentivos seletivos" para convencê-los de que a participação vale a pena (p. 51).

O trabalho de Olson teria passado despercebido no período anterior aos anos 1960, quando se pensava que os descontentamentos eram mais do que suficientes para explicar a ação coletiva. Mas, durante os anos 1960, ele convergiu com a insatisfação em relação à abordagem do comportamento coletivo (McADAM, 1982, cap. 1) e com a crescente convicção, por parte dos estudiosos de movimentos sociais, de que apenas os descontentamentos não podem explicar a mobilização. De fato, Olson argumentou que pessoas racionais, guiadas por interesses individuais, podem *evitar* entrar em ação quando veem que outros estão querendo fazê-lo em seu lugar.

A recepção de Olson entre os estudiosos do confronto político foi lenta e desigual. Ironicamente, numa década em que o confronto político estava florescendo, ele escolheu explicar por que a sua ocorrência era improvável! (HIRSCHMAN, 1992). Além disso, parecia limitar as motivações para as ações coletivas aos incentivos materiais e pessoais. Mas como explicar que milhares de pessoas tenham lutado, feito passeatas, se revoltado e feito demonstrações por interesses que não

12. O problema do tamanho do grupo tem exercido um grande fascínio entre os estudiosos tanto na área de bens públicos como na tradição da teoria dos jogos. Ver John Chamberlin: *Provision of Collective Goods as a Function of Group Size*. • Russel Hardin: *Collective Action*, cap. 3. • Gerald Marwell e Pam Oliver: *The Critical Mass in Collective Action: A Micro-Social Theory*, cap. 3, que demonstra teoricamente que o tamanho do grupo não é a variável crucial suposta por Olson.

13. Assim, a General Motors tem bastante interesse no bem coletivo da produção norte-americana de automóveis para assumir a liderança de todos os produtores domésticos de carros, inclusive daqueles que são muito pequenos para agir por si próprios. Se um número suficiente de membros do grupo apenas aproveita a chance, então os esforços dos líderes são não apenas inúteis – eles mesmos induzirão essa atitude.

eram os seus próprios nos anos 1960? Finalmente, embora tenha chamado sua teoria de "ação *coletiva*", Olson tinha pouco a dizer além do que se relacionava ao nível individual da motivação e agregação. Como esta teoria poderia se ajustar ao ciclo de movimentos dos anos 1960?

Dois sociólogos, John McCarthy e Mayer Zald, formularam uma resposta que se centrava nos recursos crescentemente disponíveis nas sociedades industriais avançadas (1973; 1977). McCarthy e Zald concordaram com Olson de que o problema da ação coletiva era real, mas argumentaram que o aumento dos recursos pessoais, da profissionalização e do apoio financeiro externo aos movimentos davam uma solução – organizações profissionais de movimento[14].

Enquanto a primeira geração de estudiosos se deteve no *porquê* da ação coletiva, a teoria da "mobilização de recursos" de McCarthy e Zald tratou dos meios disponíveis para os atores coletivos – do seu *como* (MELUCCI, 1988). Esta ênfase nos meios foi uma fonte de desapontamento para os críticos que buscavam explicações estruturais das origens dos movimentos, mas emprestou uma concretude revigorante ao estudo dos movimentos, vistos antes como expressões de abstrações ideológicas. Para McCarthy e Zald havia uma resposta racional ao paradoxo de Olson sobre o carona, a organização.

No início dos anos 1980, a sua teoria da mobilização de recursos tornara-se o paradigma dominante para os sociólogos que estudavam os movimentos sociais, mas, paradoxalmente, era quase sempre mais criticado do que adotado. Por que isso acontecia? Por uma razão: McCarthy e Zald usaram a linguagem da economia (p. ex., falaram de "empreendedores" de movimentos, "atividades" de movimentos, "setores" de movimentos), deixando indiferentes muitos dos que vieram dos movimentos dos anos 1960. E a ideologia, o compromisso, os valores e a luta contra a injustiça, perguntaram os críticos? Para outros, era frequentemente difícil distinguir as organizações de movimentos sociais de McCarthy e Zald (SMOs) dos grupos de interesse; os estudiosos europeus, em especial, se perguntaram como sua teoria poderia sobreviver no mundo rústico do confronto europeu. E, para outros ainda, a sua ênfase na "solução" através de organizações profissionais de movimentos parecia ignorar os muitos movimentos populares que estavam emergindo nos anos 1960 e 1970, tanto na Europa como na América (EVANS & BOYTE, 1992).

Por volta dos anos 1980, surgiu um modelo alternativo, enfatizando a participação informal e a democracia interna (FANTASIA, 1988; ROSENTHAL & SCHWARTZ, 1990). Na desilusão geral com o marxismo dos anos 1970 e 1980, alguns encontraram um novo paradigma alternativo na cultura, que – no ambiente apolítico do início dos anos 1990 – surgiu como um contramodelo ao da mobilização de recursos.

14. A dissertação e primeiro livro de Zald (1970), como já se podia prever, tratou da formação, transformação e política da YMCA.

As culturas do confronto

Se a ênfase nos descontentamentos do paradigma do comportamento coletivo lembra Marx e o foco na liderança da mobilização de recursos era paralelo ao de Lenin, o aspecto cultural dos estudos recentes sobre movimentos sociais ressoa Gramsci. Do mesmo modo que Gramsci adicionou uma dimensão cultural ao conceito de hegemonia de classe de Lenin, muitos escritores atuais tentaram mudar o foco da pesquisa sobre movimentos sociais dos fatores estruturais para o "enquadramento interpretativo" da ação coletiva. O primeiro sinal desta mudança de paradigma apareceu na "culturalização" do conceito de classe de E.P. Thompson (1996). Thompson não quis jogar o conceito de classe pela janela, mas apenas substituir o marxismo produtivista de seus antecessores por um foco na autoconstrução da classe. Isto o levou para longe do chão de fábrica – para fatores como costume, confisco de grãos e mentalidades de consumidor (1971). Em um campo anteriormente obcecado pelo conflito de classes, Thompson trouxe também para o estudo do confronto uma sensibilidade em relação à reciprocidade interclasses, um fator que ele chamou de "economia moral" (1971)[15].

Uma segunda influência veio do antropólogo Clifford Geertz (1973), cuja perspectiva de "descrição densa" foi especialmente influente entre os estudiosos desiludidos pelo rumo quantitativo que suas disciplinas estavam tomando. Geertz recomendou fortemente que se fizesse uma distinção entre análise e interpretação. Sua simpatia nesta última funda-se nas percepções que ela parece permitir sobre o significado do comportamento para aqueles que dele participam.

Uma terceira influência veio da psicologia social: primeiro, o conceito de enquadramento interpretativo, de Erwing Goffman (1974), e, depois, o conceito de "mobilização por consenso", de Bert Klanderman (1988; 1997) e a ideia de "pacotes ideológicos" de Gamson (1988). Incorporando a relevância dos descontentamentos, os estudiosos dos movimentos sociais começaram a observar como eles embutem queixas concretas em "pacotes" carregados de emoção (GAMSON 1992a) ou em "quadros interpretativos" capazes de convencer os participantes de que sua causa é justa e importante (SNOW; ROCHFORD; WORDEN; BENFORD, 1986). Parcialmente mesclada a essas percepções esteve a influência do pós-estruturalismo francês e, especialmente, o conceito de "discurso", tirado do trabalho do filósofo-historiador Michel Foucault (1972; 1980).

Sem nenhuma intenção, e muito antes do declínio do marxismo-leninismo, as abordagens estruturalistas pareciam estar dando vez à cultura como uma metanar-

15. Nos Estados Unidos, a linguagem cultural de Thompson e sua ênfase no significado foram apropriadas por um cientista político com talento antropológico, James Scott (1976), que os empregou para estudar a reação dos camponeses que viviam da subsistência diante das pressões da comercialização. Scott, também influenciado pelo conceito de hegemonia de Gramsci, foi adiante e refletiu sobre a resistência camponesa em geral em *Weapons of the Weak* (1985), antes de afastar-se da perspectiva da ação coletiva e dedicar-se à formulação do que chamou de "transcritos ocultos" (1990).

rativa nos estudos sobre movimentos sociais, uma mudança que foi reforçada pelo desafio dos "novos" movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 – alguns dos quais pareciam ter substituído os velhos programas estruturais do passado por reivindicações do tipo "espaço vital" (HABERMAS, 1981)[16].

Com essa nova ênfase na cultura, a reação contra a mobilização de recursos resultou em um paradigma substancialmente novo. Isso foi reforçado pela política de "identidade" que tinha sido desenvolvida a partir dos anos 1960 – e, especialmente, pelos movimentos das mulheres, dos homossexuais e lésbicas e dos direitos das minorias (GITLIN, 1995); e pela nova onda de estudos sobre o nacionalismo, onde o construcionismo social foi difundido pela metáfora de Benedict Anderson sobre as comunidades "imaginadas" (1991). Mas, para os inovadores mais sistemáticos, todos os movimentos constroem significados e esta construção é uma função fundamental de qualquer movimento social (EYERMAN & JAMISON, 1991).

Mas, se assim é, por que as ondas de movimentos surgem em alguns períodos e não em outros, e por que alguns são mais adeptos da manipulação de símbolos culturais do que outros? Sem uma resposta a essas questões o culturalismo pode mostrar-se uma metanarrativa tão mecânica quanto o estruturalismo que os seus proponentes queriam substituir. Os cientistas políticos e os sociólogos ligados à política apresentaram uma resposta a este dilema: as variações na estrutura política e o funcionamento do processo político.

As condições da luta política

Fiéis às suas tradições e levados pela ascensão do confronto político naquele país na primeira parte da década de 1960, os estudiosos norte-americanos foram os primeiros a desenvolver uma abordagem mais política dos movimentos, que se centrava em várias versões do conceito que passou a ser conhecido como "estrutura de oportunidades políticas"[17]. A pedra fundamental desta tradição foi colocada por Charles Tilly, no seu clássico de 1978 *From Mobilization to Revolution*[18]. Naquele livro, Tilly formulou um "modelo do sistema político" para a análise da ação coletiva, a partir do qual elaborou um conjunto de condições para a mobilização, estando entre as principais as oportunidades-ameaças para os desafiantes e a facilitação-repressão das autoridades (1978, cap. 3, 4 e 6). Essas duas dimensões ligavam a ação coletiva ao Estado.

16. No campo do estudo comparativo da revolução, um trabalho culturalmente sensível foi realizado por John Foran: *Fragile Resistance: Social Transformation in Iran from 1500 to the Revolution*, e Mark Selbin: *Modern Latin American Revolutions*, que é uma tentativa de tornar a ação em centro do estudo da revolução.

17. Ver Eisinger (1973), Kitschelt (1986), McAdam (1982), Piven e Cloward (1977), Tarrow (1988) e Tilly (1978; 1986) sobre alguns dos principais pontos de referência históricos no desenvolvimento e uso deste conceito.

18. A teoria da ação coletiva de Tilly passou por várias transformações desde então e algumas delas serão examinadas mais adiante neste volume. Ver uma retrospectiva no meu artigo "The People's Two Rhythms", que esboça suas principais contribuições nesta área.

Tilly afirmou que o desenvolvimento do movimento social nacional foi concomitante, e interdependente, ao da ascensão dos estados nacionais consolidados (1984b). Logo, os movimentos podiam ser estudados apenas em conexão com a política e sua estratégia, estrutura e sucesso iriam variar em tipos diferentes de Estado. Esta era uma percepção que os estudiosos de revoluções sociais, como Theda Skocpol, também estavam explorando e que os comparativistas da ciência política foram rápidos em captar (KITSCHELT, 1986; KRIESI; KOOPMANS; DUYVENDAK & GIUGNI, 1995; TARROW, 1989a, 1986b).

Sendo baseado no pensamento social europeu, o modelo de Tilly era resolutamente estrutural, isto é, focado em condições que não podem ser moldadas pelos propósitos dos atores. Os modelos de viés norte-americanos eram mais permeáveis à dinâmica do processo político. Cientistas políticos como Michael Lipsky (1968) e Peter Eisinger (1973) enfocaram a política urbana americana: o primeiro, ligando os movimentos urbanos dos anos 1960 à utilização do protesto como um recurso político e, o segundo, correlacionando o protesto a várias medidas de oportunidade local. De modo semelhante, Frances Fox Piven e Richard Cloward voltaram sua atenção para as relações históricas entre as políticas de bem-estar e o protesto social (1993). Mas foi um sociólogo, Doug McAdam, que sintetizou essas abordagens de mobilização dos movimentos sociais em um "modelo de processo político" bem acabado descrevendo o desenvolvimento do movimento americano pelos direitos civis em direção à mudança política, organizacional e de consciência (1982).

Embora os termos oportunidade-ameaça e facilitação-repressão fossem partes da síntese original de Tilly, durante os anos 1980 os teóricos dos processos políticos tenderam a estreitar o seu campo de atenção, focalizando as oportunidades. Alguns estudiosos – seguindo os passos de Eisinger – estudaram como as diferentes estruturas políticas proporcionam graus maiores ou menores de oportunidade para grupos insurgentes (AMENTA; CARUTHERS & ZYLAN, 1992; KITSCHELT, 1986); outros examinaram como movimentos específicos, e exploram as oportunidades proporcionadas pelas instituições (COSTAIN, 1992); outros viram como as oportunidades para um determinado movimento mudam com o tempo (JENKINS & PERROW, 1977); e outros ainda estudaram ciclos inteiros de protesto para entender como a deflagração de uma onda de mobilização afetou os movimentos posteriores (McADAM, 1995; TARROW, 1989a). Numa grande síntese comparativa, Hanspeter Kriesi e seus colaboradores usaram o conceito de oportunidade política para analisar os novos movimentos sociais em quatro países da Europa Ocidental (1995).

À medida que esses trabalhos progrediam, surgiram lacunas e ambiguidades[19]. Por exemplo, modelos de processo político raramente eram aplicados fora das de-

19. Para uma crítica sensível ver Gamson e Meyer: "The Framing of Political Opportunity."

mocracias liberais do Ocidente (mas cf. BOUDREAU, 1996; BROCKETT, 1991; 1995; SCHNEIDER, 1995). Uma segunda questão – se a ameaça tem um impacto positivo ou negativo sobre a formação do movimento – só começou a ser explorada nos anos 1990, com uma série de trabalhos inspirados em Donatella della Porta (1995; 1996; DELLA PORTA, FILLIEULE & REITER, 1998) sobre o comportamento da polícia. Em terceiro lugar, considerando que alguns estudiosos (McADAM, 1996; TARROW, 1996b) trabalharam a partir de uma lista limitada de dimensões das oportunidades, o conceito tendeu a ficar mais elástico à medida que surgiam mais e mais aspectos das ligações entre política e formação do movimento (cf. a crítica de GAMSON & MEYER 1996)[20].

No entanto, a abordagem processo político/oportunidades propôs uma resposta à questão que inquietou as abordagens anteriores: por que o confronto político parece desenvolver-se apenas em períodos particulares da história e por que às vezes ele produz movimentos sociais robustos e às vezes se transforma em sectarismo ou repressão? Além disso, por que os movimentos assumem formas diferentes em ambientes políticos diversos? Como essa abordagem não pretende explicar cada aspecto do confronto político ou dos movimentos sociais, ela pode tornar-se parte de uma síntese como eu proponho aqui, incluindo percepções de outros ramos da teoria do movimento social.

Em direção à síntese

O argumento mais forte deste estudo será o de que as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente, em movimentos sociais.

Oportunidades e restrições políticas

Entendo oportunidades políticas como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político. Entendo as restrições políticas como

20. Algumas das críticas afirmavam que cada movimento social individual era afetado por sua própria estrutura de oportunidades. De fato, poucos teóricos do processo político assumiram esta visão; por exemplo, Goldstone (1980), McAdam (1982) e Tarrow (1989a; 1996b) afirmam que as estruturas de oportunidade tendem a se ampliar para as constelações de grupos e que os primeiros insurgentes criam oportunidades para outros.

fatores – tal como a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes – que desencorajam o confronto. Não há uma fórmula simples para prever o surgimento do confronto, não só porque a especificação dessas variáveis muda em diferentes circunstâncias históricas e políticas como fatores diferentes podem variar em direções opostas. Como resultado, o termo "estrutura de oportunidades políticas" não deveria ser entendido como um modelo invariável que produz, inevitavelmente, movimentos sociais, mas como um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e, portanto, a movimentos sociais.

O conceito de oportunidade política enfatiza recursos *externos* ao grupo. Mesmo desafiantes fracos ou desorganizados podem tirar vantagens deles – diferentemente do dinheiro e do poder –, mas de maneira nenhuma lhes pertencer. No cap. 5, argumento que o confronto político surge quando cidadãos comuns, encorajados algumas vezes por contraelites ou líderes, reagem a oportunidades que diminuem os custos da ação coletiva, revelam aliados potenciais, mostram os pontos mais vulneráveis das elites e autoridades e conduzem redes sociais e identidades coletivas à ação em torno de temas comuns.

No cap. 5, como Hanspeter Kriesi e seus colaboradores, (1995) argumento que tanto as estruturas do Estado como as divisões políticas criam oportunidades relativamente estáveis. As mais óbvias entre elas são as formas de acesso a instituições e a capacidade de repressão. Entretanto, é a *mudança* nas oportunidades e restrições políticas que proporciona aberturas que conduzem atores com poucos recursos a se engajar no confronto político. Se o confronto resulta ou não em movimentos sociais depende de como as pessoas agem coletivamente, de como o consenso é mobilizado em torno de reivindicações comuns e da força e posição das estruturas de mobilização.

O repertório do confronto

As pessoas não "agem coletivamente" apenas. Elas pedem, se reúnem, fazem greves e passeatas, ocupam recintos, interrompem o trânsito, põem fogo e atacam os outros com intenção de ferir. Não menos do que no caso dos rituais religiosos e celebrações civis, o confronto político não nasce da cabeça dos organizadores, mas está culturalmente inscrito e é socialmente comunicado. As convenções aprendidas do confronto fazem parte de uma cultura pública da sociedade[21]. Os movimentos sociais são repositórios de conhecimento de rotinas particulares numa história

21. O conceito aparece pela primeira vez em *From Mobilization to Revolution*, cap. 6, de Tilly, novamente em "Speaking Your Mind without Elections, Surveys, or Social Movements" e depois em *The Contentious French*, cap. 1. O cap. 2 examina a teoria em mais detalhes e oferece uma modificação importante.

da sociedade, o que os ajuda a superar a carência de recursos e de comunicação que é típica entre os pobres e desorganizados (KERTZER, 1988: 104-108).

Em função dos movimentos sociais raramente possuírem incentivos seletivos ou serem capazes de impor restrições aos seguidores e nem serem propensos a rotinas institucionais, a liderança tem uma função criativa ao selecionar formas de ação coletiva. Os líderes inventam, adaptam e combinam várias formas de confronto para ganhar apoio de pessoas que, de outra forma, poderiam ficar em casa. Albert Hirschman tinha em mente algo assim quando reclamou que Olson considerava a ação coletiva *apenas* como custo – quando para muitos é um benefício (1982: 82-91). Para as pessoas cujas vidas estão atoladas no enfado e desespero a oferta de uma campanha de ação coletiva excitante, arriscada e possivelmente benéfica pode ser um ganho.

As formas de confronto são herdadas ou raras, habituais ou pouco conhecidas, solitárias ou parte de campanhas conjuntas. Podem ser ligadas a temas que estão inscritas na cultura ou são inventadas na hora, ou – mais comumente – combinam elementos de convenção com novos quadros de significação. O protesto é um recurso, de acordo com o cientista político Michael Lipsky (1968), e as formas de confronto são, elas mesmas, um incentivo coletivo para a mobilização e um desafio para os opositores.

Grupos particulares têm uma história particular – e memória – de formas de confronto. Os trabalhadores sabem como fazer greves porque gerações de trabalhadores as fizeram antes deles; os parisienses erguem barricadas porque as barricadas estão inscritas na história do confronto parisiense; os camponeses tomam terras portando símbolos que seus pais e avós usaram no passado. Os cientistas políticos Stuart Hill e Donald Rothchild colocam assim:

> Os indivíduos, baseados em períodos passados de conflito com um grupo particular ou com o governo, constroem um protótipo de protesto ou tumulto que descreve o que fazer em circunstâncias particulares e também oferece uma base lógica para esta ação (1992: 192).

Voltarei a essas formas no cap. 6.

Mobilização do consenso e identidades

A coordenação da ação coletiva depende da confiança e da cooperação geradas entre os participantes por meio de entendimentos e identidades compartilhados – ou, para usar uma categoria mais ampla, dos *quadros interpretativos* da ação coletiva que justificam, dignificam e animam a ação coletiva. A ideologia, como escreveu David Apter em seu clássico ensaio *Ideology and Discontent*, dignifica o descontentamento, identifica um alvo para eles e fornece um guarda-chuva para os descontentamentos distintos de grupos sobrepostos (1964, cap. 1).

Mas a ideologia é um modo um tanto seco de descrever o que leva as pessoas à ação. Em anos recentes, pessoas que estudam movimentos sociais começaram a

usar termos como quadros interpretativos, pacotes ideológicos e discursos culturais para descrever os significados compartilhados que inspiram as pessoas a participar de uma ação coletiva[22]. Qualquer que seja a terminologia, em vez de considerar a ideologia como uma categoria intelectual sobreposta ou como um resultado automático de descontentamentos, esses estudiosos concordam que os movimentos fazem um apaixonado "trabalho de enquadramento interpretativo": configurando tais descontentamentos como reivindicações mais amplas e vibrantes (SNOW & BENFORD, 1988) e estimulando o que William Gamson chama de "conhecimentos quentes" em torno delas (1992a).

O enquadramento interpretativo não se relaciona apenas à generalização dos descontentamentos, mas define o "nós" e "eles" na estrutura de conflito de um movimento. Utilizando identidades coletivas e moldando novas, os desafiantes estabelecem os limites de seus adeptos futuros e definem seus inimigos através de atributos e maldades reais ou imaginários (HARDIN, 1995, cap. 4). Fazem isso através do conteúdo de suas mensagens ideológicas e, da mesma forma, através das imagens que projetam de seus inimigos e aliados. Isto significa prestar atenção aos "trajes" que os atores coletivos portam à medida que entram em cena e também aos enquadramentos culturais de suas reivindicações. Tentamos fazer isso no cap. 7.

Embora os organizadores de movimentos se engajem ativamente no trabalho de enquadramento interpretativo, nem todos estes processos ocorrem sob seu controle. Além de trabalhar sobre entendimentos culturais herdados, eles competem com a mídia, que transmite mensagens que os movimentos devem tentar moldar e influenciar. Como o sociólogo Todd Gitlin descobriu, muito da comunicação que ajudou a formar a Nova Esquerda norte-americana nos anos 1960 ocorreu através da mídia, ao invés de resultar de esforços organizacionais como em períodos anteriores (1980).

Os estados também estão constantemente enquadrando questões, tanto para ganhar apoio para suas políticas como para contestar os significados propostos pelos movimentos no espaço público. Na luta pelos significados, em que os movimentos estão sempre engajados, é raro não ficarem em desvantagem quando competem com os estados, que não apenas controlam os meios de repressão mas têm à sua disposição instrumentos importantes para a construção de significados. A luta entre os estados e movimentos ocorre não apenas nas ruas, mas nas disputas pela significação (MELUCCI, 1996; ROCHON, 1998).

---

22. Algumas das fontes principais estão reunidas em Bert Klandermans, Hanspeter Kriesi e Sidney Tarrow (orgs.): *From Mobilization to Action* e em Aldon Morris e Carol Mueller (orgs.): *Frontiers in Social Movement Research*. Para um uso engenhoso da análise de quadro interpretativo para examinar as ideias de cidadãos norte-americanos comuns ver *Talking Politics*, de William Gamson.

Estruturas de mobilização

Embora sejam os indivíduos que decidem optar ou não pela ação coletiva, é nos seus grupos face a face, nas suas redes sociais e nas estruturas conectivas existentes entre eles que ela é mais frequentemente ativada e mantida. Isso ficou claro em pesquisas recentes tanto em laboratório[23] como no mundo real da mobilização de movimentos.

Na abordagem do comportamento coletivo havia inicialmente uma tendência de ver indivíduos isolados e em estado de privação como os principais atores da ação coletiva. Mas, por volta dos anos 1980, os estudiosos foram descobrindo que é a vida no interior dos grupos que transforma o potencial para a ação em movimentos sociais (HARDIN, 1995, cap. 2). Por exemplo, o trabalho de Doug McAdam sobre a campanha do Freedom Summer mostrou que – muito mais do que sua origem social ou ideologia – eram as redes sociais em que os candidatos ao Freedom Summer estavam inseridos que desempenhavam o papel principal na determinação de quem iria participar da campanha e de quem ficaria em casa (1986; 1988)[24].

As instituições são "hospedeiras" particularmente econômicas em que os movimentos podem germinar (EGRET, 1977). Mas isso também é verdade em relação à atualidade dos Estados Unidos da América. Por exemplo, o sociólogo Aldon Morris mostrou que as origens do movimento pelos direitos civis estavam em estreita ligação com as igrejas dos negros (1984). E a cientista política Mary Katzenstein descobriu que as estruturas internas do mundo católico foram cúmplices involuntárias na formação das redes de mulheres religiosas dissidentes (1998; ver também LEVINE 1990; TARROW 1988).

O papel das redes sociais e das instituições na estimulação da participação em movimentos nos ajuda a colocar em perspectiva a tese de Mancur Olson de que grandes grupos não apoiarão uma ação coletiva. Quando olhamos para a morfologia dos movimentos, torna-se claro que são "grandes" apenas no sentido aritmético: de fato, eles são muito mais como uma rede interligada de pequenos grupos, redes sociais e as conexões entre elas[25]. Pode ser que a ação coletiva surja apenas entre os membros mais bem-dotados ou mais corajosos desses grupos, mas as conexões entre eles afetam a probabilidade de que a ação de um ator incite a de outro. Isso dá uma importância especial ao que chamo de "estruturas conectivas" no cap. 8.

***

Resumindo o que terá que ser mostrado em detalhe nos capítulos seguintes: a política de confronto é produzida quando as oportunidades políticas se ampliam, quando demonstram potencial para alianças e quando revelam a vulnerabilidade dos oponentes. O confronto se cristaliza em movimento social quando ele toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas e produz quadros interpretativos de ação coletiva e identidades de apoio capazes de sustentar o confronto com oponentes poderosos. Apresentando formas familiares de confronto, os movimentos tornam-se pontos focais que transformam as oportunidades externas em recursos. Os repertórios de confronto, redes sociais e quadros culturais diminuem os custos de se atrair pessoas para a ação coletiva, produz confiança de que não estão sozinhos e dá um sentido mais amplo às suas reivindicações. Juntos, esses fatores deflagram os processos dinâmicos que tornaram os movimentos sociais historicamente centrais na mudança política e social.

A dinâmica do movimento

O poder de acionar sequências de ação coletiva não é o mesmo que o poder para controlá-las ou mantê-las. Este dilema tem tanto uma dimensão interna como externa. Internamente, uma boa parte do poder dos movimentos vem do fato de ativarem pessoas sobre as quais não têm poder.

Externamente, os movimentos são afetados pelo fato de que as mesmas oportunidades políticas que os criaram e difundiram sua influência também afetaram outros – sejam eles complementares, competidores ou hostis. Particularmente, se a ação coletiva é bem-sucedida essas oportunidades produzem ciclos mais amplos de confronto que se espalham dos ativistas dos movimentos para aqueles aos quais se opõem, para grupos de interesse comuns e partidos políticos e, inevitavelmente, para o Estado. Como resultado desta dinâmica de difusão e criação, os movimentos têm sucesso ou falham como resultado de forças que estão fora do seu controle. Isso nos leva ao conceito de ciclo de confronto, que examinaremos no cap. 9.

---

23. As pesquisas experimentais também estavam investigando sobre a importância dos incentivos sociais para a cooperação. Numa pesquisa inventiva, William Gamson e seus colaboradores mostraram que um ambiente com grupo de apoio era essencial para desencadear a disposição dos indivíduos para falar contra uma autoridade injusta – a qual poderiam muito bem tolerar se a enfrentassem sozinhos (GAMSON; FIREMAN & RYTINA, 1982). De modo similar, quando Robyn Dawes e seus associados realizaram uma série de experimentos sobre escolha coletiva, descobriram que nem motivos egoístas nem normas internalizadas eram tão poderosos ao produzir a ação coletiva quanto "o paroquial, de contribuir para o seu próprio grupo de companheiros" (DAWES; VAN DE KRAGT & ORBELL, 1988: 96). Em situações de dilema social, argumentam em seu artigo "Not Me ou Thee but We", "as pessoas começam imediatamente a discutir o que "nós" deveríamos fazer e passam muito tempo e esforços para persuadir outros em seu próprio grupo a cooperar (ou desertar!), mesmo em situações em que o comportamento destes outros é irrelevante para os ganhos das pessoas" (p. 94).

24. Ao mesmo tempo, estudiosos europeus como Hanspeter Kriesi (1985) estavam descobrindo que as subculturas dos movimentos eram os reservatórios onde as ações coletivas eram configuradas. Isso se encaixava com o que o sociólogo Alberto Melucci (1988; 1996, cap. 4) estava descobrindo sobre o papel das redes dos movimentos na definição da identidade coletiva dos movimentos que ele estudou na Itália.

25. Como Gerald Marwell e Pam Oliver propõem em seu estudo *The Critical Mass*, "o problema do 'grupo amplo' de Olson é frequentemente resolvido por uma solução de 'pequeno grupo'" (1993: 54).

Ciclos de confronto

À medida que se ampliam as oportunidades e se espalham informações sobre a suscetibilidade de um sistema político ser desafiado, não apenas os ativistas mas as pessoas comuns começam a testar os limites do controle social. Os choques entre os desafiantes iniciais e as autoridades revelam os pontos fracos dos últimos e as forças dos primeiros, convidando até atores sociais mais tímidos a se alinhar de um lado ou de outro. Uma vez deflagrados, geralmente por uma situação de ampliação de oportunidades, a informação extravasa e o aprendizado político se acelera. Como escreveram Hill e Rothschild,

> À medida que os protestos e tumultos irrompem entre grupos que têm longas histórias de conflito, eles estimulam outros cidadãos em circunstâncias similares a refletir mais frequentemente sobre sua própria história de descontentamentos e de ação de massa (1992: 193).

Durante tais períodos, as oportunidades criadas pelos primeiros insurgentes dão incentivos para a organização de novos movimentos. Mesmo os grupos de interesse convencionais são tentados pela ação coletiva não-convencional. Formam-se alianças, frequentemente através de uma fronteira móvel entre os desafiantes e os membros do sistema político (TILLY, 1978, cap. 2). Novas formas de confronto são tentadas e difundidas. A informação política e a incerteza se espalham e aparece um denso e interativo "setor de movimentos sociais", nos quais as organizações cooperam e competem (GARNER & ZALD, 1985).

O processo de difusão nos ciclos de confronto não é meramente por "contágio", embora isso ocorra bastante. Ele também resulta de decisões racionais para tirar vantagem de oportunidades que foram demonstradas pelas ações de outros grupos: ocorre quando os grupos têm ganhos, e isso convida outros grupos a buscar resultados similares; quando os interesses de alguém são feridos por reivindicações de grupos insurgentes e quando a predominância de uma organização ou instituição é ameaçada e há uma reação através da ação coletiva.

À medida que o ciclo se amplia, os movimentos criam oportunidades também para as elites e grupos de oposição. Formam-se alianças entre participantes e desafiantes; as elites de oposição exigem mudanças que antes pareceriam temerárias; as forças governamentais reagem através de reformas, repressão ou uma combinação das duas. A ampliação da lógica da ação coletiva conduz a resultados na esfera da política institucional, onde os desafiantes que começaram o ciclo têm cada vez menos controle sobre seus resultados.

Na ponta extrema do espectro, os ciclos de confronto produzem revoluções. Elas não são uma única forma de ação coletiva, nem são feitas totalmente pela ação coletiva popular. Tal como nos ciclos a que se relacionam, nas revoluções a ação coletiva força outros grupos e instituições a participarem, dando as bases e a estrutura para novos movimentos sociais, desconectando-se de velhas instituições e das redes que as cercam e criando novas a partir das formas de ação coletiva com que os grupos insurgentes começaram o processo.

A diferença entre ciclos de movimentos e revoluções é que, nas últimas, são criados vários centros de soberania, o que torna o conflito entre os desafiantes e os membros do sistema político numa luta pelo poder (TILLY, 1993). Essa diferença – que é substancial – conduziu a um grande conjunto de pesquisas sobre as "grandes revoluções" que, usualmente, são comparadas apenas umas às outras. Esta especialização em grandes revoluções é compreensível, mas ela desperdiçou a possibilidade de comparar revoluções com conflagrações menores, tornando impossível isolar os fatores, na dinâmica de um ciclo, que conduziram a revoluções e os que levaram a fracassar, como argumento no cap. 9 (cf. tb. GOLDSTONE, 1997).

Resultados de movimentos

Estes argumentos sobre as interações no interior de um ciclo de protesto sugerem que não seria muito proveitoso examinar os resultados de movimentos sociais singulares em si mesmos. Em ciclos gerais de confronto, as elites do sistema reagem não às reivindicações de qualquer grupo ou movimento individuais, mas ao grau de turbulência e às reivindicações feitas pelas elites e grupos de opinião, que correspondem apenas parcialmente às reivindicações daqueles que dizem representar. Em relação aos resultados dos movimentos sociais, o ponto importante é que, embora usualmente esses movimentos se considerem fora e em oposição às instituições, o agir coletivamente os coloca em redes políticas complexas, e, assim, ao alcance do Estado. Em última instância, os movimentos tentam enunciar reivindicações em termos de quadros de significados compreensíveis para uma sociedade mais ampla; usam formas de ação coletiva extraídas de um repertório existente e desenvolvem tipos de organização que frequentemente imitam as organizações às quais se opõem.

***

Podemos começar a estudar os movimentos sociais como confrontos isolados entre atores sociais singulares e seus opositores, mas – particularmente quando examinamos seus resultados – chegamos rapidamente às redes políticas mais complexas e menos fáceis de tratar. É através das oportunidades políticas aproveitadas e criadas pelos desafiantes, movimentos e seus aliados e inimigos que começam os grandes ciclos de confronto. Estes, por sua vez, criam oportunidades para as elites e contraelites e as ações que começam nas ruas são resolvidas nos salões do governo ou pelas baionetas do exército. Os movimentos – e particularmente as ondas de movimentos que são as principais catalisadoras de mudança social – são parte das lutas nacionais pelo poder. Comecemos por focalizar inicialmente em como tal luta produziu pela primeira vez movimentos sociais na história moderna do Ocidente.